



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

Edital de Chamamento Público nº003/2023

O Município de Campos do Jordão, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social com esteio na Lei nº13.019, de 31 de julho de 2014 e a alterações, no Decreto nº7738/17, de 26 de maio de 2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração para a composição de rede socioassistencial 2023, que tenha por objeto a prestação de Serviços Socioassistenciais.

### PREÂMBULO

O Município de Campos do Jordão, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência social, órgão gestor da política municipal de assistência social, torna público o presente edital, que objetiva a recepção e análise de propostas técnicas de organizações da sociedade civil, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, visando o estabelecimento de termo de colaboração, nos termos previstos:

I) na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 204, inciso I, que dispõe sobre a participação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na execução de programas de assistência social;

II) na Lei Federal Nº 8.742 de 07/12/1993, alterada pela Lei Federal Nº 12.435, de 06/07/2011, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

III) Resolução Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS n.º 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

IV) Resolução da Diretoria Colegiada - ANVISA n.º 283, de 26 de setembro de 2005;

V) Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS;

VI) Lei Federal Nº 12.101, de 27/11/2009, que dispõe sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social e respectivo Decreto Nº 7.237 de 20/07/2010, que a regulamenta;

VII) Lei Federal n.º 8.069/1990, alterada pela Lei Federal n.º 12.010/2009, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

VIII) Diretrizes à Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único da Assistência Social, através da Norma Operacional Básica 01/2005;

IX) Resolução CNAS N°269, de 13/12/2006 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS e suas alterações;

X) Resolução CNAS N° 16, de 05/05/2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

XI) Resolução CNAS n°109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

XII) Resolução CNAS n° 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

XIII) Resolução CIT n°01, de 7 de fevereiro de 2013 que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos — SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social — SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências;

XIV) Portaria MDS N° 134, de 28 de novembro de 2013 que dispõe sobre o cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, por meio do Piso Básico Variável - PBV, e dá outras providências;

XV) Resolução n° 23, de 27 de setembro de 2013 que aprova critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos Municípios e Distrito Federal;

XVI) Resolução CNAS n° 13, de 13 de maio de 2014 que inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

XVII) Lei Federal n°13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias envolvendo ou não transferência de recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; Decreto n°7738/17 de 26 de maio de 2017;

XVIII) Resolução CNAS n° 21, de 24 de novembro de 2016 que estabelece requisitos para celebração de parcerias entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações da assistência social no âmbito do SUAS;

XIX) Resolução CNAS n° 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, nos Conselhos Municipais; e

XX) Decreto /Municipal n°7738/17 de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre a aplicação no âmbito do Município de Campos do Jordão a Lei 13.019/14.



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

### 1. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Campos do Jordão, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, por meio da formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, pelo Decreto nº8.726, de 27 de abril de 2016, pelo Decreto Municipal nº7.738/17, e demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

### 2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. O presente edital de chamamento público tem como objeto oportunizar a apresentação de propostas técnicas de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, para a composição da rede socioassistencial 2023, por meio da celebração de termos de colaboração, nos termos da legislação vigente.

2.2. As propostas técnicas deverão estar em consonância com as Diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com a Legislação Municipal.

2.3. Os serviços para os quais as organizações oferecerão propostas técnicas estão elencados abaixo que estabelece os quantitativos máximos de atendimento para cada serviço, os valores de atendimento individual mensal, e os demais detalhamentos técnicos de cada serviço, tomando-se por base os referenciais técnicos do Anexo VI deste edital.

2.4. As organizações poderão apresentar propostas para quantos serviços se considerem capacitadas a realizar desde que atendidas as disposições deste edital e seus respectivos anexos.

2.5. Cada organização só poderá apresentar uma proposta para cada serviço elencado abaixo, sob pena de ser desclassificada.

2.6. Os serviços socioassistenciais ofertados serão cofinanciados com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, com o aporte financeiro de recursos das esferas federal, estadual e municipal.



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

SERVIÇO	NUMERO DE ATENDIMENTOS DISPONÍVEIS (MENSAL)		VALOR INDIVIDUAL CO-FINANCIAMENTO (MENSAL)
	SERVIÇOS DE FORTALECIMENTO DE VINCULOS	Modalidade II — 06 a 15 anos	120
Modalidade III — 15 a 17 anos		100	R\$ 90,00

### 3. DESCRIÇÃO

3.1. As propostas técnicas deverão contemplar uma programação de atividades que objetive o atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS de acordo com os serviços previstos na Resolução do Conselho Nacional 5 de Assistência Social/CNAS N° 109, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, devidamente detalhados nos Referenciais Técnicos, Anexo VI deste Edital.

3.2. Vigência do Termo: 12 (doze) meses (prorrogável a critério dos partícipes, através de Termo de Aditamento, respeitado o limite máximo total de 60 (sessenta) meses.

3.3. Abrangência: Todo Território Municipal

3.4. Descrição dos Serviços

3.4.1. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV: Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, adolescentes, adultos, idosos e suas famílias, com vistas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e prevenção de ocorrência de situações de vulnerabilidade social e de risco, sendo um serviço diretamente articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e complementar ao trabalho social com famílias. De caráter continuado, tem como finalidade fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. A oferta do SCFV tem como foco o contexto de vulnerabilidades sociais para pessoas em situações prioritárias.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as entidades/associações/organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a" e "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos. As atividades devem estar voltadas para a execução de serviços socioassistenciais tipificados, de forma permanente, contínua e planejada, de acordo com o estabelecido na Resolução CNAS n° 109, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais), e nos termos do art.3º, § 1º da Lei Federal n.º8.742/93, alterada pela Lei Federal n.º12.435/2011.

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverão cumprir as seguintes exigências:

a) Estar registrada no Conselho Municipal de Assistência Social / CMAS, na forma do art. 9º da Lei n°8.742, de 1993;

b) Declarar, conforme modelo constante no Anexo I — Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção

c) Não tenham pendências na prestação de contas final e/ou parcial de recursos recebidos em exercício anteriores junto ao Município de Campos do Jordão.

4.3. Não será permitida a atuação em rede, sendo a OSC celebrante do Termo de Colaboração a única responsável pela execução do (s) serviço (s).

## 5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração de termo de colaboração entre a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social e a entidade ou organização de assistência social, deverá cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos previstos no Artigo 2º da Resolução CNAS N°21, de 24 de novembro de 2016:

I — Ser constituída em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei n°8.742, de 7 de dezembro de 1993;

II — Ter os serviços registrados no Conselho Municipal de Assistência Social de Campos do Jordão, conforme Resolução CNAS n° 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campos do Jordão.

III — estar cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social — CNEAS, de que trata o inciso XI do art.19 da Lei n°8.742, de 1993, na forma estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS

5.2. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC também deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

; (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

b) Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014); Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

c) Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

d) Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 33, caput, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016 (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 33, caput, inciso I, do Decreto nº 7.738, de 2017),

f) Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme artigo 33, caput, VII, parágrafo 4º do Decreto Municipal 7738/17.

g) Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

h) Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 33, caput, e seus incisos, do Decreto Municipal nº 7.738, de 2017, bem como, art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014;

i) Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014),

j) Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas — CPF de cada um deles (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

k) Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 33, caput, inciso VII, parágrafo 4º, do Decreto Municipal nº



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

7.738, de 2017);

5.3 Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 37, caput, inciso I, parágrafo único, do Decreto nº 7.738, de 2017);
- d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
- g) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto dura rem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 2 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

## 6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma que segue:

QUANTIDADE	CATEGORIA (representante)
02	Assistente Social
01	Psicóloga
01	Administração Conselho Advogada



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

6.2. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

#### 7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPAS	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	22/05/2023
2	Audiência Pública	29/05/2023
3	Envio de Proposta pelas OSC, conforme Anexo IV	19/06 -22/06/2023
4	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	23/06 -29/06/2023
5	Divulgação do resultado preliminar	04/07/2023
6	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	05/07-07/07/2023
7	Apresentação das contrarrazões	10/07 -11/07/2023
8	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	12/07/2023
9	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas	14/07/2023

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria (art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da (s) OSC (s) selecionada (s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. Etapa 2: Audiência Pública, será realizada no dia 29 / 05 /2023 as 10 horas, na Sede dos Conselhos, Audiência Pública com o objetivo de orientar as OSC interessadas em participar do chamamento, quanto as regras, etapas e fases deste Edital.



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

7.4. Etapa 2: O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município na internet, com prazo de 30 (trinta) úteis, para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.5. Etapa 3: Envio das propostas pelas OSCs.

7.5.1. As Propostas (Anexo II) serão apresentadas pelas Organização/Entidade/Associação Interessada para o tipo de serviço descrito no subitem 2.6, quadro 1 — “Serviços” deste edital. Para cada Serviço deverá ser apresentada uma Proposta de forma escrita, dentro de um envelope, de vendo ainda ser instruído com os seguintes elementos:

7.5.2. As Propostas deverão ser encaminhadas em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato (endereço eletrônico e telefone), com a inscrição “Proposta — Edital de **Chamamento Público nº 003/2023**”, e entregues pessoalmente na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do Município de Campos do Jordão.

7.5.3. Na hipótese do subitem anterior, a proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

7.5.4. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

7.5.5. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade socio territorial, do objeto da parceria e o nexos com as atividades previstas na Proposta para a execução do serviço e com as metas a serem atingidas;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

7.6. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.6.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.6.2. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no Anexo IV — Legislações e Normativas para elaboração da Proposta, do Plano de Trabalho e do Referencial Técnico.

7.6.3. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

Tabela 2

QUESITO	ITEM	NOTA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A) Adequação	1) Consonância do objetivo com o diagnóstico apresentado	- Atende completamente face ao Referencial Técnico (2,0 pontos) - Atende parcialmente face ao Referencial Técnico (1,0 pontos) - Não atende face ao Referencial Técnico (0,0 pontos)	4
	2) Clareza no detalhamento do serviço	- Atende completamente face ao Referencial Técnico (2,0 pontos) - Atende parcialmente face ao Referencial Técnico (1,0 pontos) - Não atende face ao Referencial Técnico (0,0 pontos)	
B) Consistência	3) Estratégias metodológicas compatíveis a alcance dos objetivos do serviço	- Atende completamente face ao Referencial Técnico (2,0 pontos) - Atende parcialmente face ao Referencial Técnico (1,0 pontos) - Não atende face ao Referencial Técnico (0,0 pontos)	4
	4) Clareza e adequação dos processos de avaliação que serão utilizados durante a execução do serviço	- Atende completamente face ao Referencial Técnico (2,0 pontos) - Atende parcialmente face ao Referencial Técnico (1,0 pontos) - Não atende face ao Referencial Técnico (0,0 pontos)	



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

C ) Capacidade técnico-operacional	5) Capacidade técnico-operacional da organização proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Atende completamente face ao Referencial Técnico (2,0 pontos) - Atende parcialmente face ao Referencial Técnico (1,0 pontos) - Não atende face ao Referencial Técnico (0,0 pontos)	
Pontuação Máxima Global			10

7.6.4. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (C), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.6.5. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (C), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador (es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.6.6. Serão eliminadas aquelas propostas:

- a) cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;
- b) que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (B), ou (C); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade socio territorial do objeto da parceria e o nexa com a atividade proposta; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
- c) que estejam em desacordo com o Edital; ou
- d) cujo valor global estiver acima do teto previsto no item 2.6, quadro 1 deste Edital.
- e) das organizações da sociedade civil que apresentarem mais de uma proposta para o mesmo serviço.



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

7.6.7. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.6.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade que possua a Certidão de Entidade Beneficente de Assistência Social -CEBAS. Persistindo o empate, será vencedora aquela com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.6.9. Deverão ser priorizadas as entidades ou organizações de assistência social que possuem a Certidão de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS, conforme parágrafo 1º do Artigo 3º da Resolução CNAS nº21, de 24 de novembro de 2016.

7.7. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do Município de Campos do Jordão, iniciando-se o prazo para recurso.

7.8. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.8.1. Nos termos do art. 28 do Decreto Municipal nº 7.738, de 2017, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999). Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.8.2. Os recursos serão apresentados por meio de ofício com identificação da instituição, com a inscrição "Recurso — Edital de **Chamamento Público 003/2023**, e entregues pessoalmente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

7.9. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.9.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.9.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo estabelecido neste edital.

7.9.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.9.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

7.9.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.10. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social efetuará a homologação e divulgação, no seu sítio eletrônico oficial e publicará no Notícias do Município, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 29 do Decreto nº7.738, de 2017).

7.10.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 29, § único, da Decreto Municipal nº7.738, de 2017).

#### **8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO**

8.1. A fase de celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho e a emissão do parecer técnico.

8.2. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria (art. 25, §5º, do Decreto nº8.726, de 2016).

8.3. Etapa 9: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município. O termo de colaboração produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública, no prazo de 30 dias a contar de sua assinatura. Os efeitos da parceria se iniciam ou retroagem a data de sua celebração. (art. 38 da Lei nº13.019, de 2014 e art. 34, parágrafo único do Decreto Municipal nº7.738 de 2017).

#### **9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO**

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes das dotações orçamentárias, autorizado pela Lei orçamentaria anual.

9.2. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº13.019, de 2014, e nos art. 33 e 34 do Decreto nº8.726, de 2016.

9.3. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos art. 45 e 46 da Lei nº13.019, de 2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

9.4. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (incisos I a III do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014 e art. 40 do Decreto Municipal 7.738/17;

9.5. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, a até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União (art. 45, incisos II, da Lei nº 13.019, de 2014).

9.6. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.7. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

#### **10. CONTRAPARTIDA**

10.1. Será considerado a contrapartida na forma de bens economicamente mensuráveis, para execução do serviço na parceria.

#### **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município de Campos do Jordão, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 7.5.2 deste Edital. A resposta às impugnações caberá ao Secretário da pasta participante do edital.

11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, de verão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

11.2.2. As impugnações, pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

11.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.3. A Secretaria de Desenvolvimento Assistência e Social resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

11.8. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I — Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II - Proposta;

Anexo III — Plano de Trabalho;

Anexo IV — Legislações e Normativas para a elaboração da proposta e do Plano de Trabalho;

Anexo V — Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo VI — Termo de colaboração;

Anexo VII — Referenciais Técnicos dos Serviços.

**Nelson Miguel Júnior**

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

### ANEXO I

### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro \_\_\_\_\_ que  
a \_\_\_\_\_ está ciente  
e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e em  
seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e  
legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Campos do Jordão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

### ANEXO II

#### USAR PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

#### PROPOSTA

Campos do Jordão, de \_\_\_\_\_ de 2023.

À

Comissão Técnica

A (nome da entidade) ao participar do edital de chamamento público, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, a fim de utilizar os recursos públicos e estando de acordo com a Política Municipal de Assistência Social, propõe de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais a execução do Serviço \_\_\_\_\_ a ser desenvolvido na (s) unidade (s) execução:

Rua/Avenida: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Descrever breve histórico da Instituição, incluindo experiência prévia de trabalho.

Assinatura

Nome do Representante:



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

### PROPOSTA

Orgão/Entidade	
Nome:	
CNPJ:	
Registro CMAS:	Registro CMDCA
Registro CEBAS:	Vencimento do Registro CEBAS

#### 1.1-Dados Bancários:

Recurso:		
Banco:	Agencia:	Conta:

#### 1.2 - Endereço da Sede:

Rua:	
Bairro:	
Cidade:	CEP
Telefone:	E-mail:

#### 1.3 - Endereço de Execução do serviço:

Rua:	
Bairro:	
Cidade:	CEP
Telefone:	E-mail:

Obs: se executado em mais de um local, duplicar o quadro.

#### 1.4 - Dados do Presidente ou representante legal:

Nome:	
RG:	Órgão Expedidor
CPF:	



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

Rua:	
Bairro:	
Cidade:	CEP
Telefone:	E-mail

### 1.4.1 Dados do responsável Técnico:

Nome:	
RG:	Órgão Expedidor:
CPF:	
Cargo:	
Telefone:	E-mail:

### 1.5 Período de Mandato da Diretoria:

Data ATA	Vigência Diretoria:

### 1.6 Órgão Concedente:

Município: Campos do Jordão - Secretariade Desenvolvimento e Assistência Social
Representante Legal: Nelson Miguel Júnior

### 2.0 DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

Serviço:
Período de execução:
Início: Termino:
Objetivos: (O que se pretende alcançar)
Justificativa: (descrição da realidade que seia objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e meta.s a serem atingidas)

### 3.0 – EXECUÇÃO:

Meta Qualitativas:	Estratégias Metodológicas:	Indicador:
(cumprimento da meta)	(Descrição geral Qualitativa da forma de	(O que foi alcançado)



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

	execução das atividades e de	
--	------------------------------	--

3.1- AVALIAÇÃO (Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas quantitativa e qualitativas)

#### 4.0 - APLICAÇÃO DE RECURSOS:

Categoria ou finalidade de despesa		FMAS	Total
I	Recursos Humanos (5)		
II	Recursos Humanos (6)		
III	Gêneros Alimentícios		
IV	"Outros materiais de consumo		
V	"Outros serviços de terceiros		
VI	Locação de Imóveis		
VII	Locação de Diversos		
VIII	Utilidades Públicas(7)		
IX	Combustível		
XI	Bens e materiais		
XII	Obras		
XIII	Despesas financeiras e bancarias		
XIV	Outras despesas		
	Total		

Obs.: Quadro de despesas presente no Demonstrativo de Receita e Despesas (TCE-SP). Utilizar somente as categorias pertinentes ao desenvolvimento do serviço.

- (5) Salários, encargos e benefícios.
- (6) Autônomos e pessoa jurídica.
- (7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

#### 5.0 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

5.1 CONCEDENTE: Município de Campos do Jordão			
Parcelas	Valor	Parcelas	Valor
1º		7º	
2º		8º	
3º		9º	



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

4º		10º	
5º		11º	
6º		12º	
Total			

Campos do Jordão, de de 2023

Nome/Assinatura representante legal.

Espaço reservado:

Observações:

Conferido e Aprovado:



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

### ANEXO III

#### PLANO DE TRABALHO

Cofinanciamento através do Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS

(Especificar o nome do Serviço de acordo com o Edital de Chamamento)

Tipo de Proteção:

Proteção Social Básica ( )

Proteção Social Especial: Média Complexidade ( ) Alta Complexidade ( )

Valor total do cofinanciamento: R\$

Período de execução: X meses

Número de Atendidos cofinanciados:

Período de atendimento: Manhã ( ) Tarde ( ) Noite ( ) 24 horas ( )

Dias da Semana: 2ª ( ) 3ª ( ) 4ª ( ) 5ª ( ) 6ª ( ) Sab ( )

Endereço de Execução do serviço: Unidade 1

Nº Atendidos:	Faixa Etária
Rua:	CEP
Cidade:	
Telefone:	E-Mail

Obs: se executado em mais de um local, duplicar o quadro

#### 1-Identificação da Instituição

##### 1.1 - Dados Cadastrais:

Nome:	
CNPJ:	
Registro CMAS:	Vencimento do Registro CEBAS:
Utilidade Pública : Municipal ( ) Estadual ( ) Federal ( )	



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

#### 1.2 - Dados do Presidente ou representante legal:

Nome:	
RG:	Órgão Expedidor
CPF:	
Rua:	
Bairro:	
Cidade:	CEP
Telefone:	E-mail

Obs: preencher com os dados pessoais do representante legal.

#### 1.3 - Dados do responsável Técnico:

Nome:	
RG:	Órgão Expedidor:
CPF:	
Cargo:	
Telefone:	E-mail:

Obs: preencher com os dados pessoais do responsável Técnico.

#### 1.4 - Alvará de funcionamento:

Sim ( ) Não ( )

#### 2. Apresentação:

(Breve apresentação da Organização Social, com a descrição dos serviços e atendimentos prestados).

#### 3. Justificativa para a manutenção e ou implantação do serviço:

(Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas/ objetivos a serem alcançados).

#### 4. Objetivo Geral:

#### 5. Objetivos Específicos:

#### 6. Execução:



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

Meta Qualitativa	Estratégias Metodológicas (Descrição geral da forma de execução das atividades e de cumprimento da meta)	Indicador(es)

#### 7. Atividades a serem desenvolvidas:

(forma de execução mais detalhada das atividades e de cumprimento das metas)

##### 7.1 - Atividades inerentes ao serviço:

Objetivo da atividade	Metodologia	Periodicidade

##### 7.2. Atividades de acompanhamento, registro de dados e informações:

Objetivo da atividade	Metodologia	Feriodicidade

##### 7.3 Trabalho Social:

Objetivo da atividade	Metodologia	Feriodicidade

#### 8. Cronograma de atividades:

##### 8.1 Atividades inerentes ao serviço

Mês / Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1-												
2-												
3-												

##### 8.2 Atividades de acompanhamento, registro de dados e informações.



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

Mês / Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1-												
2-												
3-												

### 8.3 Trabalho Social

Mês / Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1-												
2-												
3-												

### 9. Formas de Avaliação:

(Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas)

### 10. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros:

#### 10.1- Recursos Humanos

Quant	Cargo/Formação	Carga/horaria Semanal Vinculo	Custo/Mensal Total	Fonte dos Recursos
1-				
2-				
3-				
4-				

1 - Na coluna cargo - registrar nomenclatura conforme será apresentado na prestação de contas, seguido, entre parênteses ( ) a correspondência de função conforme descrito no referencial técnico de cada serviço.

2 Na coluna carga horaria/ vinculo - 1- Empregado 2- Autônomo 3- Voluntário 4- Dirigente 5- Estagiário.

3 - Na coluna Fontes de Recursos – 1 – Próprio 2- Repasse FMAS

#### 1 0.2 Recursos Materiais despesas (detalhar)

Quantidade	Categoria	Valor R\$
Quantidade	Categoria — Gêneros Alimentícios	
Quantidade	Categoria — Outros materiais de consumo	
Quantidade	Categoria — Outros serviços de terceiros	



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

Quantidade	Categoria — Locação de Imóveis	
Quantidade	Categoria — Locação de Diversos	
Quantidade	Categoria — Utilidades Públicas	
Quantidade	Categoria — Combustível	
Quantidade	Categoria — Despesas financeiras e bancárias	
Quantidade	Categoria — Outras despesas	

#### 10.3 Recursos Materiais contrapartidas

Contrapartida, na forma de bens economicamente mensuráveis, no valor total de R\$

(.....), conforme identificados abaixo:

Identificação Do bem ou serviço	Valor econômico	Outras informações relevantes

#### 10.4 - Aplicação dos Recursos Financeiros do FMAS/Despesas de Custeio

Itens de Despesas	Salario	Encargos/trabalhistas e previdenciários	Total
1- Recursos Humanos CLT			
2- Recursos Humanos — Autonomos			
Total Geral			

Obs:

- A entidade deve apresentar elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

- A entidade deve declarar estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto.

#### 10.5- APLICAÇÃO DE RECURSOS

Categoria ou finalidade de despesas		FMAS	Total
I	Rec. Humanos (5)		
II	Rec. Humanos (6)		
III	Gêneros Alimentícios		
IV	Outros materiais de consumo		
V	Outros serviços de terceiros		
VI	Locação de Imóveis		
VII	Locação Diversas		
VIII	Utilidades Publicar (7)		
IX	Combustível		
X	Bens e materiais permanentes		
XI	Obras		
XII	Despesas financeiras e bancárias		
XIII	Outras despesas		
	Total		

Obs:

Quadro de despesas presente no Demonstrativo de Receita e Despesas (TCE-SP) Utilizar somente as categorias pertinentes ao desenvolvimento do serviço.

5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

#### 11. Cronograma de Desembolso Financeiro

Concedente: Município de Campos do Jordão

Parcela	Valor	Parcela	Valor
1º		7º	
2º		8º	
3º		9º	
4º		10º	
5º		11º	



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

6º		12º	
Total		Total	

#### 12. Prestações de contas

A prestação de contas será elaborada em consonância à legislação própria, especialmente à lei federal 13.019/2014 e suas alterações, decretos regulamentadores, normativos municipais e instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Campos do Jordão, de                      de 2023.

Assinatura e identificação Presidente

Assinatura e identificação Responsável técnico



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

### ANEXO IV

#### Legislações e Normativas para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho

Constituição Federal de 1988, em seu artigo 204, inciso I, que dispõe sobre a participação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na execução de programas de assistência social;

- Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias envolvendo ou não transferência de recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público

Lei Federal nº 8.742 de 07/12/1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 06/07/2011, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

- Resolução da Diretoria Colegiada- ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005; Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

- Lei Federal nº 12.101, de 27/11/2009, que dispõe sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social e respectivo Decreto nº 7.237 de 20/07/2010, que a regulamenta; - Lei Federal nº 8.069/1990, alterada pela Lei Federal nº 12.010/2009, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único da Assistência Social, através da Norma Operacional Básica 01/2005;

- Resolução CNAS nº 269, de 13/12/2006 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS e suas alterações;

- Resolução CNAS nº 16, de 05/05/2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

- Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

- Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS;

- Resolução CIT nº 01, de 7 de fevereiro de 2013 que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos — SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social — SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências;



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

- Portaria MDS N° 134, de 28 de novembro de 2013 que dispõe sobre o cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, por meio do Piso Básico Variável - PBV, e dá outras providências;
- Resolução CNAS n° 23, de 27 de setembro de 2013 que aprova critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos Municípios e Distrito Federal, para a prestação de serviços e composição da rede socioassistencial 2015;
- Resolução CNAS n° 13, de 13 de maio de 2014 que inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; - Resolução CNAS n° 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, nos Conselhos Municipais;
- Resolução CNAS n° 21, de 24 de novembro de 2016 que estabelece requisitos para celebração de parcerias entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações da assistência social no âmbito do SUAS; - Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014 (Secretaria de Governo da Presidência da República, Lais de Figueiredo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Borchardt - Brasília: Presidência da República, 2016, p.22).



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

### ANEXO V

TERMO DE COLABORAÇÃO \_\_\_\_\_/2023.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS DO  
JORDÃO, POR MEIO DA SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL  
E A

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO, através da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato representado por seu titular, Nelson Miguel Junior (Secretario(a)), portador(a) de carteira de identidade de nº 14.262.517-6 expedida pela SSP/SP, inscrito(a) no CPF sob o nº 059.428.218-79, e a entidade com sede na inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) de carteira de identidade de nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ em conjunto denominados PARCEIROS e separadamente ÍMUNICÍPIO e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, respectivamente, tendo em vista o constante no processo administrativo 7.344/2023, resolvem celebrar o presente Termo, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei federal nº 13.019/2014, e suas alterações e Decreto federal nº 3.378/2017, mediante as cláusulas e condições abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO:** O presente termo de colaboração, recorrente de chamamento público 002/2018, tem por objeto de desenvolver serviço de cooperação mútua na execução do Política Municipal de Assistência Social, conforme Plano de Trabalho aprovado e ratificado pelo Conselho Municipal de Assistência Social (Deliberação nº XXX/XXXX), ANEXO I, que passa a integrar o presente instrumento como se nele estivesse transcrito, para a execução do seguinte objeto, com repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social — FMAS, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, para a execução do Serviço: \_\_\_\_\_, visando atender a meta de \_\_\_\_\_, junto ao (s) local (is) de a) \_\_\_\_\_ atendimentos efetuados na unidade situada na rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA SEGUNDA DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros para a execução deste Termo serão custeados pelo MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Assistência Social e utilizados em estrita



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

conformidade com o plano de trabalho, conforme segue:

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (porextenso), alocados em conformidade ao cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho (anexo I), sendo:

Financiamento FMAS (Federal) no valor de RS \_\_\_\_\_ ( ), onerando-se adoção orçamentaria, ou a correspondente nos anos subsequentes, a ser creditado conforme cronograma de desembolso junto ao Bco \_\_\_\_\_

Cronograma de Desembolso — FEDERAL — R\$ - valor total			
Parcela	Valor	Parcela	Valor
1º		7º	
2º		8º	
3º		9º	
4º		10º	
5º		11º	
6º		12º	

Financiamento FMAS (Estadual) no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( ), onerando-se adoção orçamentária n" \_\_\_\_\_ ou a correspondente nos anos subsequentes, a ser creditada conforme cronograma de desembolso junto ao Bco \_\_\_\_\_

Cronograma de Desembolso — ESTADUAL — R\$ - valor total			
Parcela	Valor	Parcela	Valor
1º		7º	
2º		8º	
3º		9º	
4º		10º	
5º		11º	
6º		12º	

**PARAGRAFO SEGUNDO** - A contrapartida em bens economicamente ensuráveis fica avaliada em R\$ (.....), relativamente à avaliação econômica dos bens informados a título de contrapartida.

**CLÁUSULA TERCEIRA DA LIBERAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO** - A liberação dos recursos financeiros a cargo do MUNICÍPIO, previstos na CLÁUSULA SEGUNDA, dar-se-á em parcelas, após a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do MUNICÍPIO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É vedada a realização de qualquer atividade/gasto prevista no plano de trabalho antes da assinatura e publicação do extrato deste Termo.



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — A OSC movimentará os *recursos* previstos nesta cláusula em conta bancária específica, vinculada ao presente Termo, assim discriminada: (banco, agência, conta corrente).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** — Na aplicação dos recursos deverá ser observada a legislação aplicável, realizando-se sempre que possível, cotação de preços, de *acordo* com os princípios da economicidade e da eficiência.

**PARÁGRAFO QUARTO** — Os saldos deste Termo, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUINTO** — As receitas financeiras, auferidas na forma do PARÁGRAFO QUARTO, serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto.

**PARÁGRAFO SEXTO** — Quando da extinção deste Termo, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pelo MUNICÍPIO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** — O repasse dos recursos previstos nesta cláusula ficará automaticamente suspenso, e retidos os valores respectivos, até o saneamento da irregularidade, caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste Termo, especialmente quando:

- a) houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- b) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas neste Termo;
- c) quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar sem *justificativa* suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES:** Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste Termo, os PARCEIROS se comprometem a: I MUNICÍPIO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a) transferir à OSC os recursos referentes à participação financeira, conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado.
- a) designar técnicos do seu quadro para realizar o acompanhamento e a avaliação deste Termo, observado a legislação pertinente e as normas de controle interno e externo;
- b) exigir da OSC o saneamento de eventuais irregularidades observadas em decorrência do acompanhamento, da fiscalização e da avaliação deste Termo;



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

- c) apresentar ao final de cada etapa *eiou base* prevista no plano de trabalho relatório técnico (laudo) acerca do estágio de sua execução, atestando, em sendo o caso, o seu cumprimento, para a liberação das parcelas correspondentes as etapas e/ou fases de execução seguintes;
- d) providenciar o registro contábil adequado e manter atualizado *controle* sobre os recursos liberados e sobre as prestações de contas apresentadas;
- e) inscrever a OSC como inadimplente — Sistema de Contabilidade e Finanças do MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO nas hipóteses previstas na Lei federal nº 13.019/2014 (alterada pela Lei nº 13.204/2015);
- f) proceder à publicação resumida deste Termo e de seus aditamentos na imprensa oficial, no prazo legal.

#### II — Organização da Sociedade Civil - OSC:

- a) disponibilizar os bens correspondentes a sua contrapartida, se for o caso, de acordo com as especificações previstas no plano de trabalho;
- b) movimentar os recursos relativos a este Termo em conta bancária específica, utilizando transferência eletrônica disponível, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;
- c) utilizar, quando da aplicação dos recursos relativos a este Termo, documentação idônea para comprovar os gastos respectivos;
- d) realizar as atividades constantes no plano de trabalho com o acompanhamento do responsável técnico indicado no Plano de Trabalho;
- e) manter escrituração contábil regular, prestar contas dos recursos financeiros recebidos na forma prevista neste Termo;
- f) apresentar relatório de *execução* físico-financeiro, informando o percentual realizado do objeto e a sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos, na periodicidade prevista neste Termo;
- g) aplicar os recursos previstos neste Termo, inclusive os rendimentos auferidos, exclusivamente na execução do objeto deste Termo;
- h) realizar cotação de preços, para aquisição de bens e serviços necessários à execução deste Termo, sempre em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência;
- i) assumir por sua conta e risco as despesas referentes às multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes a atrasos nos pagamentos;
- j) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

l) ressarcir ao MUNICÍPIO, eventuais saldos apurados e/ou valores irregularmente aplicados;

m) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

#### **CLÁUSULA QUINTA DO MONITORAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA**

**AValiação O MUNICÍPIO:** exercerá as atribuições de monitoramento, fiscalização e avaliação da execução deste Termo, além do exame das despesas realizadas, a fim de verificar a correta utilização dos recursos correspondentes, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas, e atestação da satisfatória realização do seu objeto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — Fica assegurado o livre acesso dos agentes da Municipalidade e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e outros órgãos fiscalizadores, devidamente identificados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, a todos os documentos, informações, atos e fatos praticados, relacionados direta/indiretamente a este Termo, quando em missão fiscalizadora e/ou de auditoria, bem como aos locais de *execução* do respectivo objeto;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — O (s) parecer (es) e/ou relatório (s) técnico (s) elaborado (s) pelo servidor indicado para realizar o acompanhamento e a avaliação da execução deste Termo deverá (á) atestar o percentual físico de realização do objeto, se este percentual é compatível com o montante financeiro dos recursos repassados, bem como se foram atingidos os fins propostos, e, ainda, contemplar, as seguintes informações: a) quando o objeto for intangível, no todo ou em parte, considerando-se intangíveis aqueles objetos para os quais não há resultado físico aferível posteriormente, consubstanciados na realização de eventos, treinamentos, festas populares ou outros assemelhados; mencionará e apresentará evidências dos meios empregados para a fiscalização e verificação da *sua* regular execução, tais como registros fotográficos, vídeos, notícias publicadas na mídia, impressos de divulgação, publicações produzidas, listas de presenças e relatórios de atividades, dentre outros elementos, cabendo às unidades de controle dos órgãos e entes repassadores de recursos à manutenção de um plano de fiscalização e acompanhamento das fases e metas desses objetos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** — No caso de Termo de Colaboração com objeto intangível, diante da eventual indisponibilidade dos elementos previstos na alínea "a" do PARÁGRAFO SEGUNDO desta CLÁUSULA QUINTA, para a verificação da execução do objeto e alcance dos fins propostos, o responsável pela fiscalização poderá fazer uso de coleta e registro formal de depoimentos de autoridades locais ou de representantes da sociedade civil organizada, devidamente identificados por nome, endereço, números do CPF e RG. além de outros instrumentos probatórios que considere pertinentes.

**PARÁGRAFO QUARTO** — O acompanhamento e a fiscalização exercidos pelo MUNICÍPIO não excluem e nem reduzem as responsabilidades da OSC de acompanhar e supervisionar a equipe



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

e as ações/serviços desenvolvidos para *execução* do objeto deste Termo.

**CLÁUSULA SEXTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** A OSC deverá encaminhar ao MUNICÍPIO prestações de contas de todos os recursos recebidos quadrimestralmente, ao final do exercício financeiro e final (encerramento do termo), no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do término do quadrimestre, acompanhada dos seguintes documentos:

a)ofício de encaminhamento;

b)Relatório de Execução Físico-Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, bem como descrição dos valores repassados no período e a rentabilidade auferida no período da prestação de contas para cada fonte de recurso recebido;

c)notas e comprovantes fiscais *originais*, incluindo recibos, com respectivas cópias legíveis, emitidos em nome da organização da sociedade civil;

d)lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

e)comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas mês a mês, com detalhamento de cada funcionário, quando for o caso.

f)demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, assinado por profissional responsável pela contabilidade, com indicação do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade, contendo elementos que permitam a adequada correlação entre os documentos de despesas e o plano de trabalho;

g)conciliação bancária, acompanhada de cópia do extrato da conta corrente específica, cópia dos documentos comprobatórios da cotação de preços dos bens e serviços adquiridos, com demonstração e justificativa expressas da opção utilizada;

h)relação de bens eventualmente adquiridos, produzidos *ou* construídos com recursos deste Termo;

i)livro de escrituração fiscal dos serviços tomados pela entidade beneficiária mês a mês;

j)comprovante do recolhimento do saldo de recursos à conta corrente indicada pelo MUNICÍPIO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — Os comprovantes de pagamento referidos na alínea “c” desta CLÁUSULA SEXTA deverão estar consubstanciados nos seguintes documentos:

a)nos pagamentos a pessoas jurídicas, notas ou cupons fiscais das aquisições de bens de consumo ou de serviços, devidamente atestado ou certificados pela unidade competente quanto à conformidade do item recebido com os termos da contratação, com identificação do responsável e data em *que* efetuou a conferência;

b)nos casos de pagamento de pessoal pelo regime celetista, a folha de pagamento e guias autenticadas de recolhimento dos encargos sociais (FGTS e INSS);



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

c) nos pagamentos de prestações de serviços, sujeitas ao pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e disciplinadas por Lei, os comprovantes de recolhimento do referido tributo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando o objeto for intangível, no todo ou em parte, considerando-se intangíveis aqueles objetos para os quais não há resultado físico aferível posteriormente, consubstanciados na realização de eventos, treinamentos, festas populares ou outros assemelhados; o relatório de execução físico-financeiro deverá contemplar registros fotográficos, vídeos, notícias publicadas na mídia, impressos de divulgação, publicações produzidas, *listas* de presenças e relatórios de atividades, dentre outros elementos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, referido nas alíneas “f” desta CLÁUSULA SEXTA incluirá, além dos recursos repassados, os rendimentos decorrentes da aplicação em caderneta de poupança e os recursos relativos à 48 contrapartida da OSC, assim como as aplicações dos recursos totais e os saldos porventura devolvidos.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Transcorrido o período previsto no cronograma de execução para cumprimento da (s) etapas (s) e/ou fase (s) de execução correspondente ao montante dos recursos já recebidos sem que tenha sido apresentada a prestação de contas respectiva, a OSC será registrada como inadimplente no Sistema de Contabilidade e Finanças do Município de Campos do Jordão.

**PARÁGRAFO QUINTO** — A aprovação da prestação de contas fica condicionada à verificação da regularidade dos documentos apresentados, bem assim à certificação do cumprimento da etapa (s) e/ou fase (s) de execução correspondente, mediante parecer circunstanciado da unidade gestora, responsável pela fiscalização e avaliação da execução deste Termo.

**PARÁGRAFO SEXTO** — Quando da Apresentação das Prestações de Contas Finais ou coincidentes com o encerramento do Exercício fiscal, deverão encaminhadas ao MUNICÍPIO prestações de contas de todos os recursos recebidos no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do término, acompanhada dos seguintes documentos:

a) — Relatório de Execução do Objeto, documento elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acompanhamento;

b) - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas onde sintetizará todos os lançamentos apresentados nos demonstrativos das prestações de contas parciais, conforme modelo estabelecido nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP;

c) - Demonstrações contábeis *que* evidenciem a contabilização do repasse no exercício, devidamente assinadas pelo responsável pela entidade e pelo profissional de contabilidade, referente ao período encerrado e anterior;

d) - Publicação do Balanço Patrimonial da organização da sociedade civil, dos exercícios



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

encerrado e anterior;

e)- Certidão de Regularidade Profissional do responsável pelas demonstrações contábeis junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC;

f)- Certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da organização da sociedade civil, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração;

g)- Relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela organização da sociedade civil para os fins

estabelecidos no termo de colaboração, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

h)- Informação e comprovação da destinação de eventuais bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos recebidos à *conta* do termo de colaboração, quando do término da vigência do ajuste;

i)- Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

j)- Comprovante de devolução de eventuais recursos não aplicados;

l)- Declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da organização da sociedade civil de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

m)- Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela organização da sociedade civil, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** — Em referido nas alíneas “c” e “d” do PARÁGRAFO SEXTO desta CLÁUSULA SEXTA, a entidade beneficiária deverá atender às Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente à Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a Interpretação ITG-2002 referente às Entidades Sem Finalidade de Lucros, bem como alterações posteriores.

**PARÁGRAFO OITAVO** — A prestação de contas de que trata esta cláusula não exige a OSC de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração, nos termos da legislação específica vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO DESTE TERMO** - É vedada a alteração do objeto deste Termo, salvo para a sua ampliação, desde que aprovado plano de trabalho adicional e comprovada a execução das etapas e/ou fases de execução anteriores com a devida prestação



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

de contas. PARÁGRAFO ÚNICO - A ampliação do objeto deste Termo será formalizada mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA DA EXTINÇÃO DESTE TERMO** A extinção deste Termo se dará mediante o cumprimento do seu objeto ou nas demais hipóteses previstas nos parágrafos seguintes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — O Termo objeto deste edital poderá ser rescindido mediante notificação escrita, com antecedência de pelo menos 120 (cento e vinte) dias, por conveniência de qualquer dos PARCEIROS, hipótese em que a OSC fica obrigada a restituir integralmente os recursos recebidos e não aplicados no objeto deste Termo, acrescidos do valor correspondente às aplicações financeiras.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Termo constitui causa para sua resolução, especialmente quando verificadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- b) falta de apresentação de prestação de contas de qualquer parcela, conforme prazos estabelecidos;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os Termos de Colaboração a serem firmados poderá o ser extintos a qualquer tempo, por motivo de não repasse financeiro dos Fundos Estadual e Federal para o Municipal.

**PARÁGRAFO QUARTO** — Extinto o presente Termo, os recursos financeiros não aplicados na sua execução serão devolvidos ao MUNICÍPIO na forma do disposto no PARÁGRAFO SEXTO da CLÁUSULA TERCEIRA, sem prejuízo da necessária prestação de contas.

**CLÁUSULA NONA DA RESPONSABILIDADE DA OSC** A OSC é responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, XIX e XX, Lei federal nº13.019/2014, alterada pela Lei nº13.204/2015.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — É de responsabilidade exclusiva da OSC o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA** O prazo de vigência deste Termo, a contar da data de publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do MUNICÍPIO, será de 08 meses, que corresponde ao período estabelecido no plano de trabalho para execução do objeto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por até 60 meses, mediante a formalização de termo aditivo, desde que aprovado novo plano de trabalho adicional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PUBLICAÇÃO O MUNICÍPIO** providenciará a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do MUNICÍPIO.



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO** Fica eleito o Foro da Comarca de Campos do Jordão, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos do Jordão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

---

Marcelo Padovan

Prefeito Municipal

---

Nelson Miguel Júnior

Secretario de Desenvolvimento e Assistência Social

---

Nome do Representante

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

TESTEMUNHAS

NOME:

RG.:

NOME:

RG.:



# Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

## Estado de São Paulo

### ANEXO VI

#### REFERENCIAIS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS

#### REFERENCIAL TÉCNICO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS -SCFV

#### DESCRIÇÃO GERAL

O SCFV é um serviço de proteção social básica, de caráter preventivo e proativo, cuja concepção parte de que os ciclos de vida familiar têm estreita ligação com os ciclos de vida de desenvolvimento das pessoas que as compõem. É organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, tendo como foco a oferta de atividades de convivência e socialização, com intervenções no contexto de vulnerabilidades sociais.

As atividades devem ser realizadas em grupo por faixa etária e/ou intergeracionais, com o propósito de complementar o trabalho social com famílias, ampliando as trocas culturais e de vivência, desenvolvendo o sentimento de pertencimento e de identidade, fortalecendo vínculos familiares, incentivando a socialização e a convivência comunitária, potencializando a capacidade protetiva das famílias. Devem prever também a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.

Pautado na defesa e afirmação dos direitos, objetiva o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social e a prevenção de situações de exclusão e risco social, incentivando a participação comunitária; a apropriação dos espaços públicos, o protagonismo no território; o acesso a benefícios, aos serviços socioassistenciais e aos serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território; o estímulo dos usuários no controle social do SUAS; o fortalecimento dos indivíduos e famílias na superação e enfrentamento de todas as formas de preconceito e discriminação.

Entende-se por serviço em funcionamento aquele que é planejado e continuado e possui um local, uma unidade física onde o serviço é executado; que está referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social — CRAS do território, a fim de garantir articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social; que possui equipe técnica; que está disponível em determinado tempo/horário de funcionamento e possui usuários que participam do serviço, os quais devem ter o atendimento sócio técnico e a participação registrados em sistemas de informação oficiais e da própria unidade de execução do serviço.



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

#### **DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS**

Tem por foco a constituição de espaço de convivência familiar e comunitária para o desenvolvimento e fortalecimento de vínculos familiares e sociais e de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; a formação para a participação e cidadania; o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como (normas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

#### **DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS**

Contribui para o retorno ou permanência das crianças e adolescentes na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem.

As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

De acordo com o art. 3º da Resolução nº61 de 21/02/2013 que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social — SUAS, é considerado público prioritário para a inclusão no SCFV, as crianças, adolescentes e pessoas idosas:

- I - Em situação de isolamento;
- II - Trabalho infantil;
- III - Vivência de violência e, ou negligência;
- IV - Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V - Em situação de acolhimento;
- VI - Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

VII - Egressos de medidas socioeducativas;

VIII- Situação de abuso e/ ou exploração sexual;

IX- Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

X- Crianças e adolescentes em situação de rua; Legislação - Resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) —

XI- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

#### **FORMAS DE ACESSO**

Pessoas e/ou famílias atendidas e encaminhadas pelos CRAS responsáveis pela gestão das vagas, que para tanto, a entidade socioassistencial prestadora do SCFV destinará pelo menos 60% de sua capacidade de atendimento aos usuários encaminhados pelas unidades estatais, conforme Resolução CIT N°07, de 10 de setembro de 2009.

A demanda espontânea, ou seja, os usuários e ou famílias que acessarem diretamente a entidade socioassistencial para participação no serviço, assim como aqueles encaminhados pelas redes intra e intersectorial, pelo sistema de garantia de direitos, serão atendidos e encaminhados ao CRAS de referência para referenciamento, atendimento, encaminhamentos, inclusive para inserção e atualização de dados do CadÚnico.

#### **PERIODICIDADE / FORMATO**

A periodicidade e o formato dos grupos serão definidos a partir de planejamento da oferta do serviço, pautado na demanda, nas necessidades dos usuários e ou famílias, e nas características locais das situações prioritárias e de vulnerabilidade e riscos sociais.

O número de participantes em cada grupo é limitado a 30 pessoas e, dependendo da idade e composição da equipe técnica, poderá ser menor.

É necessário valorizar e garantir a heterogeneidade na composição dos grupos. Isso significa que a composição desses grupos deve preservar a diversidade existente no âmbito das relações sociais cotidianas, assegurando a participação de usuários de diferentes condições socioeconômicas, gêneros, raças/etnias, entre outros, além de garantir a participação das pessoas com deficiência. Na medida do possível, devem-se evitar composições grupais que estimulam a convivência apenas entre usuários com características afins, por exemplo, grupos compostos só por meninas ou só por meninos ou, ainda, só por pessoas com deficiência. É importante não perder de vista que o SCFV deve incentivar a socialização e a convivência comunitária, a fim de promover entre os usuários trocas culturais e de vivências. Grupos heterogêneos potencializam essas trocas e vivências.

A carga horária de cada grupo poderá variar de acordo com a faixa etária e as especificidades dos usuários, e a oferta do serviço deverá ser contínua e ininterrupta; os horários de encontro dos grupos deverão ser adequados às necessidades e a realidade do território a qual estão inseridos a fim de garantir o acesso e a participação. Quanto à periodicidade dos encontros dos grupos, é importante que sejam regulares, haja vista que tem por finalidade fortalecer vínculos familiares,



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

incentivar a socialização e a convivência comunitária. Os encontros dos grupos podem ser diários, semanais ou quinzenais. Neste serviço, a convivência entre os usuários representa a metodologia de sua intervenção e o modo pelo qual se alcança o fortalecimento dos vínculos relacionais, por isso orienta-se que o intervalo máximo de tempo para os encontros dos grupos seja de quinze dias.

Modalidade I — crianças e adolescentes de 6 a 17 anos: atividades em dias úteis, feriados ou finais de semana, com frequência diária, de 2 (duas) a 3 (três) vezes por semana, com turnos de 3 horas até 4 horas.

Modalidade II — jovens e adultos de 18 a 59 anos: atividades em dias úteis, feriados ou finais de semana, em horários programados, conforme demanda.

Modalidade III — 60 anos ou mais: atividades em dias úteis, feriados ou finais de semana, com frequência de 1 (uma) vez por semana ou quinzenalmente, com turnos de até 2 horas ou em horários programados, conforme demanda.

#### **ATIVIDADES DO SERVIÇO:**

As atividades desenvolvidas no SCFV atenderão aos interesses e necessidades dos usuários, assim como as peculiaridades identificadas no território. Considerando os ciclos de vida e potencialidades, as vivências e atividades poderão ser ofertadas por faixa etária e ou intergeracional, de modo a propiciar o convívio, a experimentação, o fortalecimento de vínculos, o desenvolvimento de sociabilidades e de competências com vistas ao alcance da autonomia e do protagonismo social.

Por meio de variadas atividades, os grupos têm o objetivo de propiciar entre os usuários oportunidades para a escuta; valorização e reconhecimento do outro; produção coletiva; exercício de escolhas; tomada de decisões sobre a própria vida e do grupo; diálogo para a resolução de conflitos e divergências; reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas; experiências de escolha e decisão coletivas; experiências de aprendizado e ensino de igual para igual; experiências de reconhecimento e nomeação de emoções nas situações vividas; experiências de reconhecimento e admiração das diferenças; entre outras.

No planejamento das ações a serem realizadas nos grupos, é indispensável contar com a participação dos próprios usuários, pois são eles os principais sujeitos da intervenção social proposta neste serviço. É importante considerar que, à medida que os profissionais que atuam no serviço conhecem e fortalecem vínculos com os usuários, adquirem maiores condições de propor atividades das quais os usuários participem efetivamente.

A título de indicação, o SCFV poderá ser executado tendo como atividades-meio as oficinas, aquelas de natureza socioeducativa ou lúdica, culturais, esportivas ou de participação cidadã. Nesse caso, a oficina é uma estratégia para potencializar e qualificar as ações dos grupos do SCFV. Trata-se de uma estratégia para promover a convivência, as conversações e os fazeres, por meio dos quais os vínculos entre os usuários e entre estes e os profissionais são construídos

Modalidade I — crianças e adolescentes de 6 a 17 anos para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos as atividades propostas devem promover o seu desenvolvimento físico e mental, assim como



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

estimular as interações sociais entre eles, sua família e a comunidade. É fundamental que estimulem vivências, práticas e experiências relativas ao universo informacional, cultural e social das crianças e adolescentes. As atividades podem ser organizadas de maneira a aproveitar a experiência e a cultura local sempre com a preocupação de garantir diversidade, qualidade e criatividade. Entre as atividades possíveis, sugere-se: sessões de cinema como mote para a reflexão e debate dos temas abordados nos encontros do serviço; oficinas de teatro com montagem de peças teatrais e musicais; gincanas desportivas e culturais; brincadeiras tradicionais e dinâmicas de grupo; passeios e visitas a equipamentos de cultura e lazer; oficinas de arte com materiais recicláveis; oficina de artes plásticas; oficinas de pintura e escultura; confecção artesanal de instrumentos musicais; oficinas de música; oficina de cinema; oficinas de danças populares; oficinas de educação ambiental; oficinas vocacionais; jogos de tabuleiro; oficinas de produção de texto; entre outras.

Modalidade II — jovens e adultos de 18 a 59 anos As atividades devem possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania; desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas; contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos jovens e adultos no sistema educacional e no mundo do trabalho; contribuir para a sua inserção no sistema de saúde básica e complementar, quando for o caso; propiciar vivências e experiências que valorizem, estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir; contribuir para o desenvolvimento da sua autonomia e protagonismo social e de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo, estimulando a sua participação na vida no território, e ampliando seu espaços de atuação para além dele. Entre as atividades possíveis, sugere-se: oficinas de produção de texto; oficinas musicais e de confecção artesanal de instrumentos; oficinas de danças populares; sessões de cinema como mote para a reflexão e debate dos temas abordados nos encontros do serviço; oficinas de teatro; oficinas de cinema; oficina de projetos sociais; oficinas de arte com materiais recicláveis; oficinas de informática; oficinas de pintura e escultura; oficinas de artes plásticas; oficinas de educação ambiental; oficinas ocasionais; oficinas de contação de histórias; oficinas de oratória; oficinas de esporte e lazer; oficinas artísticas e culturais; oficinas de cidadania, por meio das quais serão obtidas informações sobre acesso e violação a direitos, riscos sociais; entre outras.

Modalidade III — 60 anos ou mais as atividades devem estar pautadas nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir. Entre as atividades possíveis sugere-se: oficinas de cidadania, por meio das quais serão obtidas informações sobre acesso a direitos, riscos sociais, violência contra a pessoa idosa, etc.; oficinas de esporte e lazer, em que as pessoas idosas farão atividades físicas e participarão de dinâmicas e jogos atividades de convívio; atividades intergeracionais; oficinas artísticas e culturais, em que as pessoas idosas manifestarão seus conhecimentos e habilidades; sessões de cinema como mote para a reflexão e debate dos temas abordados nos encontros do serviço; passeios e visitas a equipamentos de cultura e lazer; entre outras.



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

#### **ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DE DADOS E INFORMAÇÕES**

O registro deve ser na forma de prontuário; deve ser mantido um instrumental próprio para registro de dados dos usuários e ou das famílias atendidas, além de conter informações mínimas do acompanhamento e evolução de participação no serviço, dos encaminhamentos realizados, descrição de situações prioritárias, de referência e contrarreferência com o CRAS/CREAS e anexo de documentos.

A comprovação das situações prioritárias dar-se-á por meio de documento técnico que deverá ser arquivado na unidade que oferta o SCFV ou estatal, por um período mínimo 60 de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle, conforme Resolução CNAS N°01/2013.

Deve ser realizada a manutenção de lista de atendidos no serviço, previamente padronizada pelo órgão gestor, com registro de participação do usuário. Deve ser elaborado relatório mensal em modelo previamente padronizado pelo órgão gestor, com a descrição das atividades desenvolvidas de acordo com o plano de trabalho, ou alteradas, neste caso com as devidas justificativas, com perfil dos usuários, volume e informações sobre desligamento e fatores motivacionais, dentre outras.

Outros documentos ou instrumentais poderão ser indicados e solicitados para composição do sistema de informações do órgão gestor e da unidade estatal que realizará o monitoramento.

#### **TRAB ALHO SOCIAL**

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, no SCFV serão desenvolvidos essencialmente a acolhida; orientação e encaminhamentos; informação, comunicação e defesa de direitos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.

Ainda, há a designação do desenvolvimento de trabalho no território por meio de elaboração de diagnóstico territorial e da articulação com o CRAS de referência e com as redes socioassistencial e intersetorial.

#### **RECURSOS HUMANOS**

A equipe técnica mínima de referência do SCFV é composta pelo: - Técnico de Referência: profissional de nível superior que integra a equipe do serviço para ser referência aos grupos. No geral, atua no planejamento do SCFV junto com o orientador social, nas atividades envolvendo as famílias dos usuários, e na realização de reuniões periódicas com o orientador social responsável pela execução do SCL-V; quando necessário, realiza visita domiciliar, atendimento e acompanhamento das famílias dos usuários, avaliando a possibilidade da inclusão em programas



## **Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão**

### **Estado de São Paulo**

socioassistenciais, ou para orientações e encaminhamento ao CRAS, rede socioassistencial e demais serviços de outras políticas públicas, ou ainda para a obtenção de documentos ; realiza pesquisa e visita os recursos/serviços do território ; elabora o controle de participação dos usuários e das atividades; responsabiliza-se pela referência e contrarreferência no atendimento dos usuários e famílias ; faz o monitoramento e avaliação periódicas das atividades junto aos usuários e orientadores sociais; registra as atividades relacionadas à sua atuação e elabora relatórios diversos.

- Educador/Orientador Social: profissional de, no mínimo, nível médio, com atuação constante junto ao(s) grupo(s) e responsável pela execução do SCFV e pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático; participa de atividades de capacitação, planejamento, sistematização e avaliação junto do Técnico de Referência. 61 Dependendo da faixa etária, deverá haver um profissional a cada 3 (três) grupos de até 30 usuários.

- Oficineiro/Facilitador de Oficinas: o profissional com formação mínima de nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio do esporte, lazer, arte e cultura e outras. Participa do planejamento e deverá elaborar material com informações acerca da(s) oficina(s) e ou atividades a serem desenvolvidas, apontando os objetivos e metodologias; organizará os materiais, equipamentos e o espaço físico; desenvolverá a oficina ou atividade; participa da avaliação das atividades com os usuários e demais profissionais da equipe; faz o registro ou elabora relatório sobre os resultados das atividades/oficinas, para fins de avaliação e aprimoramento.

- Profissional de Apoio/Operacional — Cozinha ou Organização e Limpeza Geral: profissional que executará as tarefas de pré-preparo e preparo da alimentação; ou aquelas de manutenção da higiene, limpeza e arrumação dos ambientes, equipamentos e materiais.

#### **INDICADORES DE RESULTADOS DO SCFV**

- Frequência e participação no SCFV
- Manutenção da frequência escolar
- Ampliação da capacidade de conviver em grupo, de administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de agir e pensar;
- Jovens e adultos que adquiriram conhecimento e desenvolveram capacidade para a vida profissional e o mundo do trabalho;
- Garantia de que no mínimo 75% de usuários do SCFV estejam inseridos no Cadastro Único;
- Aumento do número de idosos que vivenciam experiências de autonomia.

**REFERENCIAL TÉCNICO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS**  
**DESCRIÇÃO:**



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla "cuidador e dependente". Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições. A intervenção sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa.

Entende-se por SERVIÇO EM FUNCIONAMENTO aquele que é planejado e continuado, que está referenciado ao CREAS, que possui equipe técnica, que está disponível em determinado tempo/horário de funcionamento e possui usuários que participam do serviço (os quais devem estar referenciados ao CREAS, conforme planilha eletrônica enviada ao Serviço, a qual deve ser atualizada mensalmente). O atendimento deve ser prestado no domicílio do usuário, em espaços cedidos por serviços públicos, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou Unidade Referenciada.

**PÚBLICO ALVO:** Pessoas com deficiência e idosas com algum grau de dependência, seus cuidadores e familiares, especialmente aqueles que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Abandono; - isolamento, confinamento;
- Atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família;
- Falta de cuidados adequados por parte do cuidador;



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

- Alto grau do estresse do cuidador;
- Desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa.

ACESSO/OU FORMAS DE ACESSO - Usuários encaminhados ou validados pelo CREAS.

PERÍODO DE FUNCIONAMENTO: Período mínimo de 5 (cinco) dias por semana, 8 (oito) horas diárias, com possibilidade de oferta de horário alternativo ao comercial para famílias trabalhadoras (meio período aos sábados ou horário noturno).

#### ATIVIDADES DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO:

Manutenção de prontuário da família, com informações mínimas do acompanhamento e evolução do usuário no serviço, de encaminhamentos, descrição de situações prioritárias e/ou anexação de documentos, articulação com o CREAS de referência.

- Manutenção de lista de atendidos no serviço, previamente padronizadas pelo órgão gestor, com registro de participação do usuário.
- Elaboração de relatório mensal em modelo previamente padronizado pelo órgão gestor, com a descrição das atividades desenvolvidas de acordo com os planos de trabalho, ou alteradas, neste caso com as devidas justificativas.

Preenchimento e envio do CREAS de planilha de referenciamento eletrônica mensal, com as informações dos usuários inseridos no mês.

- Preenchimento e envio ao CREAS de atualização dos dados de atendimento da planilha de referenciamento eletrônica, conforme necessidade do caso e pactuação com CREAS.
- Elaboração e envio ao CREAS de relatórios de acompanhamento, quando solicitado pelo CREAS.
- Elaboração e envio ao CREAS de relatórios de intervenção e encerramento, após consenso sobre o procedimento a ser adotado em reunião de Cooperação Técnica com o CREAS.

#### ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO

- Atividades psicossociais individuais, familiares e grupais;
- Avaliação social e psicológica;
- Grupos orientativos e / ou temáticos;
- Oficinas; Visitas Domiciliares;

#### III, - Capacitação de funcionários;

- Construção de plano individual e/ou familiar de atendimento;
- Orientação sociofamiliar;
- Diagnóstico socioeconômico;



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

- Cuidados pessoais;
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;
- Acesso à documentação pessoal;
- Apoio à família na sua função protetiva;
- Mobilização de família extensa ou ampliada;
- Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio;
- Articulação com demais serviços da rede socioassistencial e intersetorial, mediada pelo CREAS, para acompanhamento e inclusão em serviços e acesso a benefícios.
- Manter articulação permanente com a equipe de monitoramento (CREAS) através de Cooperação Técnica e visitas institucionais periódicas.

#### OBJETIVOS:

- Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias;
- Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência;
- Prevenir o abrigo e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos;
- Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção;
- Acompanhar o deslocamento, viabilizar o desenvolvimento do usuário e o acesso a serviços básicos, tais como: bancos, mercados, farmácias, etc., conforme necessidades;
- Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/demanda de cuidados permanentes/prolongados.

#### RECURSOS HUMANOS

Profissional/Função	Escolaridade	Quantidade
Psicólogo	Nível Superior	1 profissional para até 50 Famílias



## Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão

### Estado de São Paulo

Assistente Social	Nível Superior	1 profissional para até 50 Famílias
Educador Social	Nível Médio	1 profissional para até 50 Famílias
Aux. Administrativo	Nível Médio	1 profissional para até 50 Famílias

#### INDICADORES DE ARTICULAÇÃO DE REDE

Estes indicadores deverão ser registrados em instrumentais específicos, onde serão contabilizadas a presença de representantes das instituições nas ações de articulação em rede e as famílias referenciadas.

- 85% de presença nas reuniões de Cooperação Técnica;
- 85% de presença nas reuniões de rede socioassistencial e intersetorial;
- 100% das famílias atendidas referência das no CREAS.

#### INDICADORES DE MELHORA NA DINÂMICA FAMILIAR

Estes indicadores deverão ser registrados em instrumentais específicos, onde serão registradas a evolução das situações violadoras de direito em cada Família atendida.

-Número de famílias apresentando redução dos agravos decorrentes de situações violadoras de direitos.